



## ESTATUTO DO MAGISTÉRIO: PERSPECTIVAS DE UMA CARREIRA NA FORMAÇÃO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

STATUTES OF TEACHERS: PERSPECTIVES OF A CAREER IN THE TRAINING  
OF BACHELOR'S DEGREES IN PEDAGOGY

Jessé Barreto<sup>1</sup>  
Ana Paula Faustino-Ferber<sup>2</sup>  
Vâner Lima Silva<sup>3</sup>

**RESUMO:** Este artigo tem como objeto de estudo o Estatuto do Magistério como um instrumento de valorização do profissional da educação na perspectiva de uma carreira na formação por meio dos cursos de licenciatura em Pedagogia. Pesquisas recentes, como a realizada pelo Instituto Simesp, mostram que existe uma queda na procura pelos cursos de docência devido aos baixos salários e a desvalorização profissional. O objetivo geral dessa investigação é que a temática do Estatuto do Magistério possa despertar o interesse não só de ingressantes nos cursos de licenciaturas, mas de todos os profissionais que idealizam o sucesso na realização de uma carreira na área da educação. A metodologia utilizada nesta pesquisa é qualitativa e baseia-se na análise documental evidenciada na revisão bibliográfica. Observa-se que os cursos de licenciatura para formação de professores têm sido menos procurados pelos estudantes e um dos fatores são as dificuldades que a área da educação tem apresentado em toda a sua trajetória laboral na carreira. Como resultado, a inclusão desse assunto no conteúdo programático dos cursos de licenciatura em Pedagogia, em relação à carreira do magistério, pode ser um fator de incentivo no prosseguimento da carreira docente.

**Palavras-chave:** Estatuto do Magistério; Evasão nos cursos de Licenciatura em Pedagogia; Valorização dos Profissionais da Educação.

**ABSTRACT:** This article has as object of study the Statute of the Teaching as an instrument of valorization of the education professional in the perspective of a career in the formation through the degree courses in Pedagogy. Recent surveys, such as the one carried out by the Simesp Institute, show that there is a drop in demand for teaching courses due to low wages and professional devaluation. The general objective of this investigation is that the theme of the Statute of the Teaching can rise the interest not only of those entering undergraduate courses, but of all professionals who idealize success in carrying out a career in the field of education. The methodology used in this research is qualitative and is based on documental analysis evidenced in the bibliographic review. It is observed that the degree courses for teacher training have been less sought after by students and one of the factors is the difficulties that the area of education has presented throughout its career path. As a result, the inclusion of this subject in the syllabus of licentiate courses in Pedagogy, in relation to the teaching career, can be an incentive factor in the continuation of the teaching career.

**Keywords:** Statute of the Magisterium; Dropout in the Degree in Pedagogy courses; Valuing Education Professionals.

<sup>1</sup> Jessé Barreto, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade da Cidade de São Paulo – PPGE-UNICID, [jesse.barreto@outlook.com](mailto:jesse.barreto@outlook.com)

<sup>2</sup> Ana Paula Faustino-Ferber, Mestre e Doutoranda em Educação pela Universidade da Cidade de São Paulo – PPGE-UNICID, [anapfaustino@gmail.com](mailto:anapfaustino@gmail.com)

<sup>3</sup> Vâner Lima Silva, Mestre e Doutorando em Educação pela Universidade da Cidade de São Paulo – PPGE-UNICID, [vanerlima.ifet@gmail.com](mailto:vanerlima.ifet@gmail.com)



## INTRODUÇÃO

Seguir uma carreira e obter um êxito profissional na realização de uma profissão é o que almeja todo jovem ao ingressar numa universidade. Ao escolher qual a área de trabalho para se dedicar, o jovem ingressante geralmente pensa nas carreiras que além de satisfação pessoal, também darão retorno financeiro durante sua trajetória nesta atividade. Dilvo Ristoff (1999) acerca das potencialidades de realização e êxito no prosseguimento na carreira do jovem universitário afirma que uma

Parcela significativa do que chamamos evasão, no entanto, não é exclusão, mas mobilidade, não é fuga, não é desperdício, mas investimento, não é fracasso nem do aluno nem do professor, nem do curso ou da Instituição, mas tentativa de buscar o sucesso ou a felicidade, aproveitando as revelações que o processo natural de crescimento do indivíduo faz sobre suas reais potencialidades (RISTOFF, 1999, p.125).

As licenciaturas estão ligadas à área da educação que é um campo profissional que habilita os candidatos para atuarem nas diversas modalidades e etapas do ensino básico: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação especial e educação de jovens e adultos. Esses cursos proporcionam aos interessados o prosseguimento na carreira do magistério que apresenta distintos cargos e funções, como: docência, gestão, supervisão e orientação escolar.

Nos cursos de licenciatura, as grades curriculares convergem para práticas e teorias voltadas aos mais diferentes enfoques sobre a área educacional. A base curricular comum entre os cursos de licenciatura, apresenta conteúdos de sociologia, filosofia, psicologia da educação e também a estrutura, funcionamento e normatização da educação.

Para tanto, este artigo pretende demonstrar a importância de ser explorado o tema Estatuto do Magistério e adentrar eventualmente nos conteúdos dos currículos das disciplinas de licenciatura que tratam da legislação educacional, especificamente no que se refere à constituição dos planos de carreira dos profissionais do magistério e da educação em geral, a fim de evidenciar as perspectivas da carreira para os futuros profissionais. Vale ressaltar que cada ente federativo tem o dever de implementar seu próprio estatuto. O recorte desta pesquisa tem enfoque nos cursos universitários que oferecem licenciatura em Pedagogia em São Paulo, sendo ancorada em alguns estatutos de municípios do estado.

## FORMAÇÃO DOCENTE: ESTATUTO DO MAGISTÉRIO NOS CURRÍCULOS UNIVERSITÁRIOS

A motivação da escolha do tema “Estatuto do Magistério: perspectivas de uma carreira na formação de licenciatura em Pedagogia” se justifica devido ao fato que os cursos de licenciatura em Pedagogia podem se apresentar mais atrativos aos ingressantes ao tratar do tema Estatuto do Magistério nos conteúdos das disciplinas no que se refere à



valorização da carreira dos profissionais da educação.

Neste contexto, o fato é que ao ingressar num curso de licenciatura em Pedagogia pela primeira vez, todo estudante universitário deveria ter a oportunidade de ter um conteúdo voltado ao tema Estatuto do Magistério dentro da disciplina de Estrutura e Funcionamento do Ensino como um suporte para sua formação acadêmica e profissional no tocante à idealização e concretização de uma carreira no magistério público.

Ao tratar da carreira do magistério, é relevante reportar-se à etimologia deste termo que segundo Antônio Geraldo da Cunha (1997), é originário do latim: “*magisterium, de magister*, mestre, cargo do professor, exercício do professorado” (CUNHA, 1997, pág.489). Cabe destacar que a definição etimológica da expressão “exercício do professorado” remete ao sentido de atuação profissional do professor a nível nacional, não apenas de uma rede ou um sistema isolado de ensino. Trata-se do exercício do magistério oferecido nas diversas redes educacionais, seja pública ou privada, numa amplitude que valoriza as esferas municipais, estaduais e federais.

Marcos Cordioli (2011, p.22) comenta que “No Brasil, independentemente do caráter público ou privado, todas as instituições escolares são regulamentadas pela mesma legislação educacional e estão vinculadas a um sistema de ensino”. Ou seja, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN, 9394/96) preconiza que todas as redes de ensino devem fomentar a implantação de planos de carreira para a valorização dos profissionais da educação a nível nacional.

Com isso, entende-se que o Estatuto do Magistério é o principal documento legal que é fundamentado nas leis superiores para a articulação dos sistemas de ensino na implementação de normas que valorizem os profissionais do magistério. Daí a necessidade desse tema ser trabalhado nas disciplinas das licenciaturas para uma boa formação nas expectativas dos alunos universitários.

Assim, faz-se necessário o aprofundamento em pesquisas sobre a inserção do tema Estatuto do Magistério nos conteúdos dos cursos de licenciatura em Pedagogia, bem como a fomentação por parte das universidades de currículos que possam proporcionar aos estudantes o conhecimento dos diversos planos de carreira que estão integrados aos sistemas de ensino e sua conseqüente valorização dos profissionais da educação.

Contudo, pretende-se com esta pesquisa, sugerir às universidades que na elaboração dos conteúdos das disciplinas, especificamente a disciplina que trata sobre estrutura e funcionamento da educação, reserve um momento para a discussão e reconhecimento dos estudantes em relação aos planos de carreira dos servidores na área da educação. Reporta-se ao tema desta pesquisa: “Estatuto do Magistério: perspectivas de uma carreira na formação de licenciatura em Pedagogia” no sentido de que os jovens universitários tenham uma ampla visão de como as redes de ensino se estruturam para a valorização dos planos de carreira dos profissionais do magistério e da educação.

## ESTATUTO DO MAGISTÉRIO: BASES LEGAIS

O objeto de estudo desta pesquisa é o Estatuto do Magistério como uma ferramenta de inclusão nas temáticas dos conteúdos dos cursos de licenciatura em Pedagogia para que os estudantes universitários possam ter a oportunidade de se identificar, na proposição



da lei, em relação aos planos de carreira para a sua conseqüente valorização profissional.

As razões de ordem prática e teórica que justificam a realização desta investigação são o aprofundamento na área de Gestão e Políticas Educacionais referenciadas pelo estudo e a inclusão do tema Estatuto do Magistério, centralizando a pesquisa nas questões relativas à grade curricular dos cursos de licenciatura em Pedagogia, visando sempre a valorização da carreira dos profissionais do magistério.

O foco da pesquisa concentra-se na constituição do Estatutos do Magistério enquanto subsídio para a discussão da existência dos planos de carreira na projeção laboral dos estudantes dos cursos de licenciatura em Pedagogia nas universidades que oferecem tais cursos para formação de futuros educadores.

Este estudo foca na denominação Estatuto do Magistério ao invés de Plano de Carreira, pois a diferença entre esses termos é que o primeiro é mais abrangente e generalista, tratando de todo um conjunto de carreiras em um determinado setor, ou município, já o segundo é bem específico e foca ou detalha nas características uma única carreira. Alain Supiot (1995) faz alusão à esta diferença e assim define o Estatuto

Quanto ao estatuto, as coisas são mais complexas: a relação com o poder não se reduz à relação entre o funcionário e a hierarquia, mas, sim, inclui o público, a cujo serviço ambos se encontram; e a ideia de moral profissional impregna tanto a relação com o público, como a relação com o superior hierárquico (SUPIOT, 1995, p. 3).

Os Estatutos do Magistério são documentos legais que são norteadores da educação das diferentes redes de ensino, e analisando estes documentos pode-se notar elementos como benefícios dos servidores, direitos e deveres, evolução funcional e vantagens pecuniárias. O pesquisador Adhemar F. Dutra Júnior (2000) esclarece que

O Estatuto corresponde ao conjunto de normas que regulam a relação funcional dos servidores com a administração pública, dispondo, por exemplo, sobre investidura, exercício, direitos, vantagens, deveres e responsabilidades. O Plano de Carreira consiste no conjunto de normas que definem e regulam as condições e o processo de movimentação dos integrantes em uma determinada carreira, estabelecendo a progressão funcional e a correspondente evolução da remuneração (DUTRA JÚNIOR *et al*, 2000, p. 15,16).

Nesta conceitualização de Estatuto do Magistério notamos que o autor faz uma correlação da vida funcional do servidor público com sua evolução na carreira, demonstrando a importância do plano de carreira para a trajetória na área da educação.

A referência legal dos Estatutos do Magistério nos remete à fonte primordial de tais materiais que tiveram como fundamento normativo as seguintes leis: a Constituição Federativa de 1988; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96); a Resolução n.º 3, de 8 de outubro de 1997, que Fixa Diretrizes para os Novos Planos de Carreira e de Remuneração para o Magistério dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; o Piso Salarial Profissional Nacional para os Profissionais do Magistério Público da Educação Básica (Lei 11.738/2008); e o Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014).



Com fundamento nas leis maiores da educação, a relevância do tema de análise e inclusão do Estatuto do Magistério no conteúdo das disciplinas dos cursos de licenciatura é evidenciada no resultado de todo o processo educacional e contribui para a reflexão de futuros estudantes que serão professores e gestores. Ainda, a temática da análise das proposições do Estatuto do Magistério nos cursos de licenciatura é muito importante para o aperfeiçoamento e conhecimento de qualquer profissional interessado na área de legislação educacional.

O artigo 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) preconiza no inciso VII que o ensino deverá ser ministrado com base no princípio da valorização do profissional da educação escolar. A inclusão desse tema nos conteúdos das aulas de licenciatura em Pedagogia é um dos indicadores para ajudar os futuros licenciados na escolha da rede a qual pretendem trabalhar e assim poder reconhecer como se dá a evolução funcional de um professor ou de um gestor escolar.

Ao analisar o artigo 67 da LDBN (Lei 9.393/96) constata-se que o Estatuto do Magistério é um dos dispositivos que devem ser implementados pelo governo na composição da promoção e valorização dos profissionais do magistério: “Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público” (LBDN, 1996).

A discussão realizada até aqui explicita que a valorização do tema do Estatuto do Magistério é a base para que todo estudante de licenciatura em Pedagogia possa entender que por meio dos planos de carreira os mesmos podem vislumbrar a realização na carreira educacional como futuros profissionais que atuarão nas escolas das diversas redes de ensino do nosso país.

Estudar e refletir sobre a letra da Lei, bem como toda a legislação educacional relativa ao plano de carreira dos servidores em educação, pode despertar o interesse na investigação de outras pesquisas sobre os planos de carreira na área da educação.

Os estudos de Marcos Cordioli (2011), principalmente em seu livro “Sistemas de ensino e políticas educacionais no Brasil” são fundamentais para entendermos sobre a legislação educacional brasileira e contribuem muito para a compreensão da organização e funcionamento do ensino. O autor nos proporciona um aprofundamento no entendimento da estrutura dos sistemas de educacionais e facilita a compreensão da importância dos Estatutos do Magistério na vida funcional dos servidores em educação.

Com base na contribuição teórica desse autor e os demais descritos nos aspectos metodológicos, esse artigo considera que a inclusão do tema Estatuto do Magistério como um dos temas balizadores no conteúdo das disciplinas relacionadas ao tema dos cursos de licenciatura em Pedagogia proporcionará aos estudantes a construção de conhecimentos relevantes para a concretização da vida funcional mediante os planos de carreira para o magistério.

Percebe-se que os Estatutos do Magistério são documentos legais que determinam e estruturam a carreira do profissional da educação e são instrumentos normativos que direcionam a valorização da carreira dos educadores nos diversos cargos e funções do magistério e o presente artigo traz algumas inquietações e reflexões acerca da valorização do percurso na carreira do magistério, pois entende-se que o reconhecimento da trajetória



educacional é fator determinante para potencializar a atratividade dos futuros profissionais, bem como o sucesso na carreira.

## ASPECTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa partiu da elaboração de um denominador comum entre as investigações envolvendo os colaboradores desse artigo. Os temas correlacionados foram: A Evasão no curso de Pedagogia, Formação nos cursos EaD em Pedagogia e o Estatuto do Magistério. Destes temas, foram selecionados apenas as temáticas relacionadas à evasão no curso de licenciatura em Pedagogia e o plano de carreira dos profissionais da educação; e a partir daí, originou-se a necessidade da temática sobre o Estatuto do Magistério nos conteúdos das grades curriculares dos cursos de licenciatura em Pedagogia.

Foi feito um recorte histórico de artigos, dissertações e teses, durante o período republicano, considerando a fonte das informações nas literaturas realizadas no período de 1990 a 2022. De acordo com a investigação, tem-se notado que o tema “Estatuto do Magistério” é um assunto com poucas referências bibliográficas e merece um aprofundamento nos estudos que abordam a temática em questão para ampliar dados teóricos mais detalhados e despertar o interesse de outros pesquisadores para a produção científica do mesmo.

Todos os materiais pesquisados têm como tema de investigação o Estatuto do Magistério das redes de ensino específicas, mas ao se aprofundar no conteúdo, nota-se que o foco das pesquisas está concentrado na discussão de temas como: avaliação educacional, currículo, formação docente, remuneração e valorização docente. Durante a análise destes artigos, dissertações e teses evidenciou-se que nenhuma das pesquisas dedicaram um capítulo para, exclusivamente, especificar o que é o Estatuto do Magistério, nem tampouco os artigos trazem pormenores a definição detalhada sobre este assunto em particular.

Os próprios documentos que tratam dos Estatutos do Magistério não tratam de explicitar a importância e a utilidade desse elemento normativo fazer parte dos conteúdos das grades curriculares dos cursos de licenciatura em Pedagogia. Daí surge a necessidade de pesquisar, dentre as principais universidades paulistanas, aonde a temática do Estatuto do Magistério poderia ser incluída no conteúdo de uma das disciplinas da grade curricular, especificamente a matéria que trata da estrutura e funcionamento do ensino em relação à legislação educacional.

Cabe ressaltar que esta pesquisa foi realizada no Portal de Periódicos da CAPES, *SciELO* e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e *Google Acadêmico*, além dos sites oficiais das principais universidades da região metropolitana da capital paulista. Foram encontrados 31 estudos, dentre artigos, dissertações e teses que deram a base para discussão desse artigo. Com base em Bardin (2011) essa investigação foi categorizada em dois eixos com foco na relevância do tema Estatuto do Magistério dentro do conteúdo da grade curricular dos cursos de licenciatura em Pedagogia: Eixo 1: Evasão nos cursos de Licenciatura em Pedagogia (ELP); Eixo 2: Valorização do Profissional da Educação (VPE). As siglas ELP e VPE serão utilizadas daqui em diante



para designar, respectivamente, Evasão nos cursos de Licenciatura em Pedagogia e Valorização do Profissional da Educação.

Dentre as obras e os autores pesquisados, foi feito um agrupamento de acordo com a pertinência dos assuntos abordados nos seguintes eixos: ELP (Estudos que contribuíram para especificar a definição e o processo de evasão dos alunos dos cursos de licenciatura em pedagogia): RISTOFF (1999); BARRETO (2019); CASIMIRO (2020); FAUSTINO-FERBER e MARTINS (2022); VIEIRA, TELÓ e VIEIRA (2021); MELLO (2022); e VPE (pesquisadores que tratam da questão da valorização dos profissionais da educação, especificamente o pessoal do magistério): CAMPOS (1990); CAÇÃO (2001); GURGEL (2006); PIMENTEL (2009); ROCHA (2009); DIAS (2011); GUTIERRES (2011); MARONEZE (2011); GEMAQUE (2012); RODRIGUEZ (2012); BRITO (2013); ARELARO (2014); CAMARGO (2014); LANÇA (2014); NASCIMENTO (2014); GROCHOSKA (2015); TEIXEIRA (2016); VALLE (2016); OLIVEIRA (2017); FLORES (2018); GUIMARÃES (2018); RIBEIRO JUNIOR (2018) e MARTINS (2018); ULIANA e BATISTA (2022).

A análise proposta em Laurence Bardin (2011) é a norteadora da metodologia desta pesquisa, pois a conceitualização das etapas de investigação contribui para a fundamentação teórica e concretização desse artigo

As diferentes fases da análise de conteúdo, tal como o inquérito sociológico ou a experimentação, organizam-se em torno de três polos cronológicos: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação (BARDIN, 2011, p.95).

A abordagem do tema Estatuto do Magistério nas diferentes fases de análise de conteúdo em Bardin (2011) é definida pela consulta da revisão literária acerca desse assunto e a organização envolta nos polos temáticos: a pré-análise (correlação entre os temas que deram origem a essa pesquisa e a busca por meio dos descritores e palavras-chave), a exploração do material (a revisão bibliográfica sobre evasão nos cursos superiores de licenciatura em Pedagogia e os Estatutos do Magistério) e o tratamento do resultado (a categorização e inferência dos eixos ELP e VPE; além dos resultados obtidos com a pesquisa das disciplinas dos cursos de licenciatura em Pedagogia das principais universidades paulistanas).

## EIXO 1: EVASÃO NOS CURSOS DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA (ELP)

Ao tratar-se da temática do Estatuto do Magistério como uma estratégia de motivação profissional dentro do conteúdo da grade curricular nos cursos de licenciatura em Pedagogia, tem-se aqui uma variável em relação às estratégias dos cursos superiores em oferecer uma formação que desperte o interesse dos jovens em seguir na carreira docente e amenizar a defasagem e evasão no decorrer da realização desses cursos. Faustino-Ferber e Martins (2022) destacam o estudo apresentado pelo Cunha e Morosini (2013, p. 87) que levanta diversos fatores que contribuem para a evasão do estudante

Causas pessoais: a) escolha inadequada da carreira acadêmica; b) falta



de orientação vocacional; c) definição de curso de ingresso; d) fragilidade na escolha inicial; e) expectativas irrealistas sobre a carreira; f) falta de perspectivas de trabalho e, g) dificuldades pessoais na adaptação ou envolvimento com o curso escolhido. Causas institucionais: a) localização da instituição; b) problemas estruturais no curso; c) ausência de laços afetivos com a instituição. Causas gerais: a) deficiências acumuladas na educação básica que levam a baixos resultados e repetidas reprovações em disciplinas; b) dificuldades em acompanhar o curso; c) opção por outros rumos; d) desmotivação; e) rebaixamento da autoestima; f) razões econômicas (condições relacionadas ao trabalho e às condições financeiras) (FAUSTINO-FERBER; MARTINS, 2022, p. 1145).

Um dos fatores internos relativos à ELP pode ser identificado exatamente na estrutura dos cursos de licenciatura de Pedagogia, onde a inclusão da temática Estatuto do Magistério pode ser uma variável para reverter o quadro de procura e interesse em prosseguir na carreira do professorado. Deivison Lamonica Barreto (2018) ao tratar da evasão no ensino superior, complementam que

O estudante possui diversos sonhos e expectativas ao ingressar em um curso. Quando essas expectativas não são satisfeitas, pode ocorrer a motivação de evadir, a qual pode ser influenciada por fatores individuais e institucionais (BARRETO, 2019, p.4).

O fato é que as pesquisas atuais comprovam que os cursos de licenciatura em pedagogia não atenderão a demanda da educação básica em relação a contratação de professores devido a baixa procura pela área da educação. Segundo a recente pesquisa divulgada pelo SEMESP (Sindicato das Entidades Mantenedoras de estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo) por meio da entrevista de Daniel Mello (2022, *on-line*), em 2040 existe a possibilidade do nosso país passar por uma carência em relação a falta de professores no ensino básico

O estudo aponta para um crescente desinteresse, especialmente dos jovens, em seguir a carreira docente. Segundo o estudo, o crescimento no número de ingressantes em cursos de licenciatura foi menor do que no restante do ensino superior. De 2010 a 2020, houve um crescimento de 53,8% no ingresso em graduação que tem como carreira o ensino, enquanto nos demais cursos o aumento ficou em 76% no período. (MELLO, 2022, *on-line*).

A ELP é uma das variáveis que poderia ser amenizada com o fortalecimento de programas curriculares que estimulem os candidatos e cursistas na investidura em carreira direcionadas ao campo educacional. Alguns dos fatores que estão levando os estudantes a desistir de ingressar na carreira de professor são: falta de reconhecimento, baixa remuneração, violência em sala de aula e problemas de saúde. De acordo com o repórter da Agência Brasil – São Paulo, Daniel Mello (2022, *on-line*)



Entre os fatores que levam ao afastamento dos jovens da carreira de professor, o estudo destaca a baixa remuneração. Em 2020, os professores do ensino médio recebiam, em média, R\$5,4 mil por mês, o que representa 82% da renda média das pessoas empregadas com ensino superior (R\$ 6,5 mil). Além disso, o estudo aponta para o abandono da profissão devido às condições de trabalho precárias, como infraestrutura ruim de algumas escolas, falta de equipamento e materiais de apoio, violência na sala de aula e problemas de saúde, agravados com a pandemia de covid-19 (MELLO, 2022, *on-line*).

Este contexto educacional ajuda na baixa o interesse dos jovens na procura pela atuação na área da educação, mas esse quadro pode ser revertido a partir do momento em que as universidades proporcionem um panorama das carreiras do magistério apresentando em seus programas curriculares estudos de Estatutos do Magistério condignos de uma trajetória laboral atrativa. A busca e a valorização do profissional da educação acontecem em decorrência desse aspecto.

Quando se fala em gestão da ELP refere-se às variáveis ou instrumentos que as universidades poderiam adotar no momento de discussão, elaboração e proposição da adequação dos conteúdos das grades dos currículos dos cursos de licenciatura, neste caso, especificamente, o curso de licenciatura em Pedagogia. Os pesquisadores Vieira, Teló e Vieira (2021) ao investigarem sobre o fenômeno da evasão nos cursos superiores, afirmam que

Entender a evasão na educação superior implica conhecer e compreender os processos de mudanças pelos quais passam os estudantes durante o período de formação universitária, que incluem os aspectos pessoal, cognitivo, profissional e social (VIEIRA & TELÓ & VIEIRA, 2021, p. 299).

Assim, entende-se que o fenômeno da ELP é uma das possíveis causas do desinteresse dos novos candidatos ao ingresso no nível superior em procurar um curso que lhes ofereça uma carreira atrativa e uma perspectiva de sucesso profissional que também pode ser superado por meio dos estudos e conhecimentos dos Estatutos do Magistério. O estudo de Arilthon Romulo Cavalcante Casimiro (2020) sobre a evasão nos cursos superiores de licenciatura constata que

Alguns fatores devem ser considerados ao examinar o fenômeno da evasão como questões ligadas à escolha profissional, às expectativas de realização pessoal e sucesso profissional geradas pelos cursos. Além destes, há também as dificuldades de adaptação à vida universitária e à estrutura curricular (CASIMIRO, 2020, p.62).

Neste panorama de ELP, reafirma-se que quanto mais as universidades investirem em temas interessantes que despertem o interesse dos estudantes desses cursos em seguir na carreira da educação, a tendência é a superação da baixa procura e a alta nos índices de matriculados, frequentes e concluintes em busca de uma carreira digna onde os profissionais da educação sejam valorizados por meio dos Estatutos do Magistério.



## EIXO 2: VALORIZAÇÃO DO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO (VPE)

Neste eixo de estudo, concentram-se os pesquisadores que tratam da questão da VPE por meio do Estatuto do Magistério. Conforme constatou-se na revisão bibliográfica, esse tema é importante para a consolidação das políticas públicas de investimento em educação. Dentre as pesquisas correlacionadas ao tema Estatuto do Magistério foram selecionados 24 estudos que tratam da VPE por meio desses documentos normativos.

As pesquisas a seguir são amostras de temáticas envolvendo Estatuto do Magistério e possíveis pesquisas a ser tratadas nos conteúdos dos cursos de licenciatura em Pedagogia para contextualização e abordagem desse assunto na inserção das disciplinas relativas à legislação educacional.

Campos (1990) faz um percurso histórico da precariedade da área educacional dos tempos do Império ao período da Primeira República, destacando a formação dos docentes por meio de inúmeras leis que proporcionaram “reformas” com tendências inconsequentes, além do Estatuto Especial da Escola Normal da Capital (a “Escola da Praça”) que centralizou seu projeto nas demandas do prosseguimento dos estudos em detrimento à formação e VPE.

A pesquisadora Cação (2001) parte da investigação sobre a constituição da jornada de trabalho do professorado paulista com o objetivo de demonstrar como ocorreu o processo de construção histórica da organização do trabalho docente valorizado pelas conquistas obtidas junto à atuação das entidades representativas do magistério paulista, desde as primeiras formulações legais da do plano de carreira do magistério em 1985.

Relacionando o Estatuto do Magistério do Rio Grande do Norte com a questão do financiamento da educação, Gurgel (2006) trata de analisar sobre o exame da carreira docente e a remuneração potiguar frente as reformas educacionais do estado que são comparadas em âmbito nacional com as matrizes remuneratórias da década de 1990.

Pimentel (2009) apresenta uma discussão sobre os critérios para progressão nos planos de carreira docente do município de Barreiras (BA), destacando temas como o papel e formação do professor, relação professor e rendimento dos discentes. A autora conclui que os planos de carreira são concretizados mediante aspirações, desejos e propostas que não são fundamentadas na literatura e ainda defende que a escola deve estar a favor dos alunos e professores para que ocorra a melhoria da qualidade do ensino.

Já a pesquisadora Rocha (2009) analisa as políticas de VPE da cidade de Belo Horizonte (MG) entre os anos de 1993 a 2007, fazendo um recorte de pesquisa nos temas: condições de trabalho, jornada docente e plano de carreira. O estudo centralizou na abordagem do conflito entre Estado, Sociedade e Educação, face às reivindicações do professorado junto ao poder executivo municipal e seus agentes. Conclui-se, nesse estudo, que as políticas públicas de VPE, carreira e condições de trabalho, estão historicamente, ligadas à problemática da qualidade do ensino.

Dias (2011) investiga sobre a questão do magistério do ensino secundário no contexto de reestruturação e funções das relações trabalhistas do país nas décadas de 1930 e 1940, constatando que nesta época houve mudanças importantes no estatuto profissional da categoria. É reconhecido que a luta por melhores condições de trabalho e remuneração do magistério são negociações e conflitos que já fazem parte da história do nosso país.



A autora Gutierrez (2011) examina a carreira do magistério público do município de Belém, pesquisando indícios de VPE com a intenção de comprovar se a carreira docente é efetiva e atrativa. Ela considera que a remuneração dos professores repercute na valorização profissional e funciona como estímulo para o exercício da docência. Destaca ainda a importância da realização de concursos públicos, gratificações de escolaridade e possibilidades de progressão horizontal e vertical, fatores que atraem docentes para a carreira do magistério belenense.

Na linha de pesquisa mais voltada às políticas públicas em educação, Maroneze (2011) analisa as condições atuais que caracterizam o trabalho docente frente às mudanças causadas pelo processo de reorganização capitalista e as novas determinações sobre a política educacional brasileira pós 1990. A pesquisadora busca na legislação as contradições sobre a valorização do estatuto profissional, evidenciando os conflitos entre a VPE e as complexas relações de precarização deste trabalho.

Como foco documental de pesquisa o Estatuto do Magistério Público Estadual do Pará, Gemaque (2012) teve como objetivo analisar o plano de carreira dos professores na perspectiva de identificar aspectos como: formas de ingresso, amplitude e movimentação na carreira. Por meio da configuração da carreira, investigou sobre atratividade na carreira, progressão e incentivos à formação docente. A autora chegou a conclusão que em relação à legislação, a carreira do professorado tem indicadores favoráveis na posição da lei, mas ainda necessita ser melhorada para que os profissionais da educação sejam valorizados.

Rodriguez (2012) analisou o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração e o Estatuto do Magistério do Estado de Mato Grosso do Sul focando nas políticas públicas de valorização do trabalho docente que expressam o contexto da reforma do Estado Brasileiro que vem se manifestando por meio da reforma na política educacional a partir de 1996, com a promulgação da LDBEN, Fundef e Fundeb.

Ainda com base nos documentos legislativos que dão base à educação nacional, Brito (2013) fez uma comparação entre a Meta 18 do Plano Nacional de Educação (PNE<sup>4</sup>) e a situação dos ingressos temporários de professores em diversos estados brasileiros. A pesquisa teve como base a questão da VPE na legislação e na literatura, englobando as políticas públicas em educação e sua implementação.

Considerando as recentes legislações para a VPE, Arelaro (2014) analisa as formas de ingresso, composição da jornada de trabalho, progressão na carreira e a composição da remuneração do plano de carreira dos profissionais do ensino da rede municipal de São Paulo. Constatou-se que a maioria dos professores são efetivos e os mesmos tem a oportunidade de adequar seus acúmulos de cargos por existir diversas jornadas de trabalho. A progressão funcional valoriza os títulos e tempo de serviço tanto municipal quanto extramunicipal.

Guimarães (2018) faz uma análise sobre o processo de reestruturação da carreira e das condições de trabalho do magistério público do município de Campinas, durante a

---

<sup>4</sup> PNE: O Plano Nacional de Educação foi instituído pela Lei 13.005 em 2014 e estabelece diretrizes e metas para a política educacional do Brasil durante o período de 2014 a 2024. Essa Lei estabelece 20 metas para garantir acesso à educação de qualidade desde a educação básica ao ensino superior.



gestão municipal do Partido dos Trabalhadores (2001-2004), focando na questão da valorização docente. O estudo revelou que os governos antecedentes favoreceram na manutenção da desvalorização docente e da incoerência das proposições do Estatuto do Magistério Público de Campinas em consonância com as legislações federais. O governo do período pesquisado proporcionou a reestruturação da carreira e melhores condições de trabalho no magistério, o que fortaleceu a valorização e participação dos professores.

Prosseguindo na linha de pesquisa sobre a análise de planos de carreira e a valorização docente, (2014) investigou o Estatuto e a remuneração do magistério público municipal de São Paulo, centralizando seu estudo na forma de ingresso, jornada de trabalho, movimentação na carreira, dispersão salarial e composição da remuneração. O pesquisador constatou que na rede municipal de São Paulo, há uma série de adicionais, gratificações, auxílios, abonos e prêmios que compõem com os vencimentos e a remuneração docente e que contribuem para a VPE.

Lança (2014) pesquisou a carreira do magistério público com base no Plano de Carreira das redes estaduais do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina suas respectivas capitais: Curitiba, Porto Alegre e Florianópolis, averiguando e comparando as condições legais dos profissionais do magistério público. Foram destacados aspectos como: histórico dos planos de carreira, caracterizações dos profissionais do magistério, composição e organização das carreiras e jornada de trabalho.

Nascimento (2014) analisa o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR) do magistério público estadual de São Paulo focando na remuneração de professores da educação básica. São destacados temas como as jornadas de trabalho, licenças, vantagens, gratificações e os adicionais recebidos pelos docentes. A pesquisadora conclui que a rede paulista de ensino é a maior do país, mas ainda precisa de muitos ajustes e uma valorização contundente de seu pessoal que diante dos descasos governamentais precisa seguir reivindicando coletivamente para conquistar a VPE.

Grochoska (2015) trata da valorização dos professores da educação básica por meio do estudo da carreira dos professores do município de São José dos Pinhais (PR). Foi feita uma investigação para compreender a forma como as carreiras municipais são elaboradas e concretizadas e se promovem as condições para que a valorização do professor seja efetivada. Em decorrência desta valorização, a qualidade da educação está atrelada à qualidade de vida deste trabalhador.

Neste sentido, pode-se deduzir que a VPE é um princípio constitucional que se concretiza por meio do estatuto ou plano de carreira, levando em conta três aspectos: formação, condições de trabalho e remuneração. A autora afirma que o plano de carreira municipal não valoriza adequadamente os professores e promove uma estagnação da carreira durante o magistério.

Com o estudo focado na educação comparativa, Teixeira (2016) faz um estudo contrastivo das políticas de valorização docente nos governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, fazendo uma relação com as políticas de Fundos: Fundef e Fundeb. Confirma que de acordo com o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN), esses governos colaboraram para a melhoria salarial dos professores brasileiros. Este estudo evidenciou que o PSPN ajustou a melhoria salarial na educação, mas ainda precisa melhorar na valorização do magistério e uma das conquistas da categoria foi a



determinação da implantação de Plano de Cargos, Carreira e Remuneração em todas as redes públicas do país.

Centrada na questão da identidade docente, a autora Valle (2016) faz um estudo sobre as dimensões do processo de democratização da educação no Estado de Santa Catarina, por meio dos Estatutos do Magistério entre os anos de 1960 a 1975. A autora trata identidade profissional como uma ordem moral caracterizada em três categorias: os requisitos para ingresso na carreira, as regras de permanência no magistério e as sanções disciplinares.

Oliveira (2017) apresenta e discute sobre a legislação educacional da rede estadual de ensino de São Paulo, no período de 1995 a 2014, a fim de identificar os tipos de profissionalismo docente, considerando as justificativas e considerações dos governos para a criação ou alteração destas diretrizes. Os resultados apontaram que o profissionalismo docente tem sido aprimorado com a introdução de elementos como a promoção na carreira com base em avaliação de desempenho e com as políticas de bonificação para intensificação deste profissionalismo nas atuações do professorado.

Flores (2018) analisou a luta pela elaboração do primeiro Estatuto do Magistério do estado do Rio Grande do Sul sob o olhar e o discurso de Suely de Oliveira que, sendo a primeira mulher a ocupar o cargo de deputada, reivindicou a profissionalização do magistério com base na compreensão da docência como ação vocacionada e os modos de avaliação dos docentes por meio de referências racionais e burocráticas. A atuação política de Suely de Oliveira favoreceu a discussão de temas como o magistério e o trabalho feminino e a valorização do magistério em geral.

Ribeiro Júnior (2018) tratou de pesquisar a importância da implementação de políticas públicas de valorização do magistério público municipal de Nazaré - Bahia, por meio do Plano de Carreira e o Estatuto do Magistério. Com a instituição do referido plano de carreiras, os professores passaram a ter melhores condições de trabalho e constatou um avanço nos índices de desenvolvimento da educação do município.

Recentemente, os pesquisadores Martins, Sousa, Machado, Real e Bravo (2018) publicaram um artigo que evidencia os resultados do estudo que caracterizou vários cenários de gestão vigentes em escolas municipais no Brasil, com base em respostas dos diretores de escola ao questionário contextual da Prova Brasil de 2015. No estudo pode-se encontrar aspectos relacionados às trajetórias de formação e profissional no magistério, democratização da educação e subsídios que indicam e sinalizam proposições de VPE.

Segundo Uliana e Batista (2022) é necessário “investigar como a questão da remuneração, em decorrência da valorização salarial, é tratada enquanto política pública, já que a melhoria das condições de trabalho docente perpassa por essas medidas”.

Nesta revisão de literatura fica evidente que ao ter contato com estudos relacionados ao Estatuto do Magistério e o conhecimento dos próprios documentos legais, favorece para que o estudante das licenciaturas em Pedagogia entenda um pouco mais acerca dessa temática, com uma abordagem na VPE. Com isso, cabe destacar as “Recomendação da OIT/UNESCO relativa ao Estatuto dos Professores”, que foi um dispositivo muito importante para estruturar a profissão docente em âmbito internacional, destacando os direitos e responsabilidades para a VPE. A pesquisadora Gemaque (2012) afirma que



Em síntese, esse documento forneceu subsídios importantes para a definição de indicadores de “valorização docente” que deveriam orientar a elaboração das políticas para o setor, quais sejam: “preparação para a profissão docente e aperfeiçoamento dos professores” (formação inicial e continuada); “emprego e carreira profissional e direitos e deveres dos professores” (acesso e progressão na carreira); “condições favoráveis para um processo eficaz de ensino-aprendizagem” (condições de trabalho docente); e “remuneração dos professores” (vencimento-base e remuneração) (GEMAQUE, 2012, P. 233).

Contudo, pode-se afirmar que esse evento ocorrido em Paris foi o marco para que os governos mundiais e locais investissem em políticas públicas para investimentos na área da educação, sobretudo na VPE; a consolidação dos Estatutos do Magistério é um dos fatores decorrente desse fenômeno no campo educacional.

## RESULTADOS PARCIAIS

De acordo com as pesquisas realizadas no período de 01/02/2023 a 03/02/2023 nos sites<sup>5</sup> das principais instituições de ensino superior (IES) da cidade de São Paulo, foi feita uma análise da grade curricular dos cursos de licenciatura em Pedagogia, em relação às disciplinas ofertadas, onde pode se verificar a correlação das disciplinas relativas ao conteúdo de legislação educacional:

**Tabela 1.** Disciplinas de legislação educacional correlacionadas das IES.

Instituição de Ensino Superior	Disciplina
Anhanguera	Funcionamento da Educação Brasileira e Políticas Públicas
Anhembi Morumbi	Aspectos Sociais, Políticos e Legais da Educação
Cruzeiro do Sul	Legislação da educação básica e políticas educacionais
Estácio	Políticas Públicas e Organização da Educação Básica
Fac.Campos Eliseos	Políticas Públicas Educacionais
FMU	Aspectos Sociais, Políticos e Legais da Educação
Fac. Oswaldo Cruz	Estrutura e Funcion. do Ensino Básico – Políticas Educacionais
Mackenzie	Políticas da Organização da Educação Básica
PUC-SP	Projeto Político Pedagógico: concepções e fundamentos legais
São Camilo	Unidade Educacional: Políticas Públicas em Educação
São Judas	Organização da Educação Brasileira
UNESP	Legislação da Educação
UNIFESP	Política Educacional no Brasil
UNINOVE	Políticas e Legislação da Educação Básica
UNIP	Política e Organização da Educação Básica
UNISANT'ANNA	Estrutura e Funcionamento do Ensino
UNIVESP	Políticas Educacionais e Estrutura e Organização da Educ. Básica
UNICID	Legislação da Educação Básica e Políticas Educacionais
USP	Política e Organização da Educação Básica I – POEB I e II

Fonte: Tabela criada pelos próprios autores.

<sup>5</sup> Verificar no apêndice a relação das páginas visitadas



Estas disciplinas tratam da organização e estrutura da educação básica, destacando a parte que especifica acerca da legislação educacional; sendo assim, são estas disciplinas que deveriam possibilitar a exploração da temática do Estatuto do Magistério nos seus conteúdos programáticos a fim de incentivar os estudantes a se interessarem pela carreira docente.

O Estatuto do Magistério é um documento normativo que apresenta todas as carreiras do magistério e dos profissionais da educação. Aproveitar estas disciplinas voltadas à legislação educacional para tratar do reconhecimento dos planos de carreira, pode despertar o interesse dos estudantes em avançar na área docente e vislumbrar uma carreira de sucesso no campo da educação.

Na tabela anterior, cabe destacar o curso de licenciatura de Pedagogia da UNIP onde pode-se observar que além da disciplina “Política e Organização da Educação Básica”, é oferecida a disciplina “Tópicos de Atuação Profissional – Pedagogia”, onde o conteúdo tem como objetivo apontar possíveis áreas que o pedagogo pode atuar. Os cursos de licenciatura em Pedagogia devem orientar não somente as áreas de atuação, mas também apresentar os Estatutos do Magistério como uma possibilidade de realização na carreira docente por meio de concursos públicos na área da educação.

As informações apresentadas nesta tabela demonstram que é possível incluir o tema Estatuto do Magistério nos conteúdos das disciplinas como uma variável de incentivo aos estudantes dos cursos de licenciatura em Pedagogia com o propósito de amenizar a evasão e o desinteresse dos candidatos à docente para que possam avançar na carreira e almejar a tão sonhada valorização do profissional da educação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutir sobre a relevância dos Estatutos do Magistério e refletir sobre sua utilidade na inclusão dos conteúdos das disciplinas voltadas ao estudo da legislação educacional é uma temática que está direcionado não somente aos atuais estudantes dos cursos de licenciatura em pedagogia, mas também dos profissionais que já escolheram e atuam na profissão docente.

Agrega-se a essa investigação os futuros universitários e/ou profissionais formados em licenciatura que migraram de área em decorrência das circunstâncias já descritas no eixo acerca da evasão, bem como a inclusão do tema Estatuto do Magistério no currículo das licenciaturas em Pedagogia, visando uma maior divulgação da carreira pelos governos, sindicatos e os próprios meios de comunicação.

Ao abordar o estudo do Estatuto do Magistério de uma rede de ensino específica, isso proporcionará aos estudantes de licenciatura em Pedagogia, um conhecimento da carreira que pretendem seguir e abrir possibilidades de reconhecer os benefícios que esse plano de carreira pode oferecer na sua evolução funcional.

Contudo, cabe ressaltar que esta pesquisa não esgota a possibilidade de se elaborar outros estudos sobre essa temática dos Estatutos e Planos de Carreira dos profissionais do magistério. Busca-se também que essa pesquisa possa contribuir na investigação de novas indagações acerca desta temática na elaboração novas formas de repensar na constituição



dos planos de carreira para a conseqüente valorização dos futuros profissionais da educação, de modo que possa preencher algumas lacunas até então existentes no conteúdo dos cursos de licenciatura em Pedagogia e na área da educação.

## REFERÊNCIAS

ARELARO, Lisete Regina Gomes; JACOMINI, Márcia Aparecida; SOUZA, Nilson Alves de; SANTOS, Kátia Aparecida. Condições do trabalho docente: uma análise da carreira na rede municipal de ensino de São Paulo. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.** (online), Brasília, v. 95, n. 239, jan./abr. 2014.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE). Lei Federal n.º 10.172, de 9/01/2001**. Brasília: MEC, 2001.

BRITO, Vera Lúcia Alves de. O Plano Nacional de Educação e o ingresso dos profissionais do magistério da educação básica. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 34, n. 125, out.-dez. 2013.

CAÇÃO, Maria Izaura. Recuperando a memória: organização do trabalho do magistério público estadual paulista - 1933-1990. **Revista ORG & DEMO**, n. 2, 2001.

CAMARGO, Rubens Barbosa de; MINHOTO, Maria Angélica Pedra; JACOMINI, Márcia Aparecida. Carreira e remuneração do magistério no município de São Paulo: análise legislativa em perspectiva histórica. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 35, n. 126, jan.-mar. 2014.

CAMPOS, Maria Christina S. Souza. Formação do magistério em São Paulo: do Império a 1930 / PUC-SP. **Cad. Pesq.**, São Paulo, v. 72, n. 5, 1990.

CASIMIRO, Arilthon Romulo Cavalcante. A evasão universitária na UnB: uma pesquisa nos cursos de Licenciatura em Ciências Naturais diurno e noturno da Faculdade UnB de Planaltina – FUP no período de 2013 a 2017. 2020. 150f., **Dissertação** (Mestrado Profissional em Educação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

CORDIOLLI, Marcos Antônio. **Sistemas de ensino e políticas educacionais no Brasil**. Curitiba: Ibepex, 2011. – (Série Fundamentos da Educação).

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa** / Antônio Geraldo da Cunha – Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 1997.



DIAS, Amália. Relações trabalhistas e a remuneração do magistério (1931-1945). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 42, 2011.

DUTRA JÚNIOR, Adhemar F. *et al.* **Plano de carreira e remuneração do magistério público: LDB, FUNDEF, Diretrizes nacionais e nova concepção de carreira**. Brasília: FUNDESCOLA/MEC, 2000.

FAUSTINO-FERBER, Ana Paula; MARTINS, Angela Maria. Formação inicial de professores: análise da evasão em cursos de Pedagogia no Instituto Federal de São Paulo. **Revista Principia - Divulgação Científica e Tecnológica do IFPB**, João Pessoa, v. 59, n. 4, dez. 2022. ISSN 2447-9187.

FLORES, Taís Pereira. A (des)valorização do magistério: uma análise sobre a profissionalização e a valorização do magistério a partir do estatuto do magistério público do Rio Grande do Sul de 1954 e da experiência da deputada Suely de Oliveira. **Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018.

GEMAQUE, Rosana Maria Oliveira; DE CARVALHO, Fabrício Aarão Freire de, MENDES; Danielle Cristina de Brito. A configuração da carreira do magistério público do estado do Pará a partir do Estatuto do Magistério. **Educação em Foco, [S. l.]**, v. 15, n. 19, 2012. DOI: 10.24934/eef.v15i19.255.

GROCHOSKA, Marcia Andreia. **Políticas educacionais e a valorização do professor: carreira e qualidade de vida dos professores de educação básica do município de São José dos Pinhais/PR**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2015.

GUIMARÃES, Ana Paula Kacenenbogen. Profissionais da educação e gestão pública no processo de reestruturação da carreira do magistério público: o caso da prefeitura municipal de Campinas (2001-2004). **Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal de São Paulo. Guarulhos, 2018.

GURGEL, Rogério Fernandes. Desvalorização do magistério potiguar nos anos de 1990: mapeando restrições na carreira e remuneração dos professores da educação básica. **Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2006.

GUTIERRES, Dalva Valente Guimarães; GEMAQUE, Rosana Maria Oliveira; LUZ, Silvia Letícia D'Oliveira. A carreira dos profissionais do magistério do sistema municipal de educação de Belém (PA): o dito e o feito. **Jornal de Políticas Educacionais**. n.10, 2011.



LANÇA, Victória. Carreiras do magistério público: uma análise comparativa entre as redes de educação da região sul. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014. 43 páginas. **Trabalho de conclusão de curso**, Licenciatura em Pedagogia, Porto Alegre, 2014.

MARONEZE, Luciane Francielli; LARA, Angela Mara de Barros / Germinal. A precarização do trabalho docente no contexto da reorganização capitalista e das mudanças na legislação educacional brasileira pós -1990. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Londrina, v. 3, n. 2, dez. 2011.

MARTINS, Angela Maria; SOUSA, Sandra Zákia.; MACHADO, Cristiane; REAL, Giselle Cristina Martins; BRAVO, Maria Helena Aguiar. Cenários de gestão de escolas municipais no Brasil: questionário contextual da Prova Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 48, n. 170, 2018.

NASCIMENTO, Ana Paula Santiago do; MEDINA, Renata Rodrigues de Amorim; CAMARGO, Rubens Barbosa de. Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Estadual de São Paulo em 2010: descrição e análises preliminares. **Fineduca – Revista de Financiamento da Educação**, Porto Alegre, v.4, n.10, 2014.

OLIVEIRA, Lucimara Domingues de. **Transformar para conformar: o profissionalismo docente e as normativas estatais para a rede de ensino paulista (1995-2014)**. Universidade de São Paulo. São Paulo: s.n., 2017.

PIMENTEL, Gabriela Sousa Rêgo; PALAZZO, Janete; OLIVEIRA, Zenaide dos Reis Borges Balsanulfo de. Os planos de carreira premiam os melhores professores? **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 63, p. 355-380, abr./jun. 2009.

RIBEIRO JUNIOR, Natan Carvalho. A implementação das políticas públicas de valorização do profissional em Educação, após a implantação do plano de carreira e Estatuto do Magistério em Nazaré – Bahia. 43f. **Monografia** (Especialização em Gestão Pública) - Instituto de Educação a Distância, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2018.

RISTOFF, Dilvo. **Universidade em foco: reflexões sobre a educação superior**. Florianópolis: Insular, 1999.

ROCHA, Maria da Consolação. Políticas de valorização do magistério: remuneração, plano de carreira, condições de trabalho - uma análise da experiência de Belo Horizonte. 2009. **Tese** (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

RODRÍGUEZ, Margarita Victoria; FERNANDES, Maria Dilneia Espíndola; SIMÕES,



Caroline Hardoim. (2012). Planos de cargos, carreira e remuneração do magistério sul mato-grossense (1979-2010): primeiras aproximações. **Educação Em Foco**, 15(19), 33–55, 2012.

SUPIOT, A. A crise do espírito de serviço público. **Revista da Associação de Docentes da UFRGS**, Porto Alegre, v. 5, n. 7, jul. 1995.

TEIXEIRA, Eliara Cristina Nogueira da Silva; NUNES, Cláudio Pinto. O piso salarial como insumo da valorização docente nos governos de FHC e Lula: da política de fundos à Lei do Piso. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 12, n. 23 p. 251-270, set./dez. 2016.

ULIANA, Rúbia Mara Moreira Andrade; BATISTA, Raquel Aparecida. Fracasso escolar: de quem é a culpa? **Cadernos da Pedagogia**, São Carlos, v. 16 n. 36, p. 72-82, set/dez. 2022.

VALLE, Ione Ribeiro; BESEN, Danielly Samara; SATO, Silvana Rodrigues de Souza. O (re)nascimento de um corpo professoral: os estatutos do magistério público do Estado de Santa Catarina de 1960 e 1975. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 34, n. 1, p. 173-188, jan./abr. 2016.

VIEIRA, Josimar de Aparecido; TELÓ, Emanuele de Souza; VIEIRA, Marilandi Maria Mascarello. Fatores determinantes da evasão de estudantes de cursos superiores de tecnologia. **Debates em Educação**. Maceió, v. 13, n. 32, 2021.